

O esporte em terras indígenas no Paraná: elementos para uma política pública

<http://dx.doi.org/10.11606/1807-5509201700010247>

Juliana Dias BOARETTO*
Giuliano Gomes de Assis PIMENTEL**

*Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual do Paraná, Paranavai, PR, Brasil.
**Centro de Ciências da Saúde, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil.

Resumo

Este artigo responde às seguintes questões: Para as populações indígenas do Paraná o que significam as práticas corporais esportivas no lazer? Como eles interagem suas práticas locais com as manifestações não indígenas? Como podemos pensar políticas a partir das práticas sociais e do pensamento ameríndio? Em termos metodológicos, desenvolvemos pesquisa-ação junto às populações Guarani, Xetá e Kaingang. Foram realizados inventários "in loco", consultando lideranças sobre necessidades e potencialidades esportivas de cada comunidade. Também realizamos, em articulação com este público, ações de formação de lideranças esportivas, construção de festivais, jogos estaduais e ações colaborativas de revitalização da cultura corporal desses povos. Os resultados apontam que a prática de hibridação cultural é recorrente em cada povo, mas com usos e ressignificações específicas para cada terra indígena. Dentre as práticas corporais, o esporte é o elemento mais recorrente na interação multicultural, mas a pintura corporal, as lutas e as danças são eleitas para marcar a identidade da etnia junto à língua e ao artesanato. Concluimos que os povos participantes do estudo vêm no esporte dois mecanismos: a) ressignificação de suas práticas históricas; b) diálogo intercultural com a sociedade não indígena. Se o conhecimento deve se voltar ao interesse público, sugerimos que as políticas da área se pautem nessa intencionalidade nativa.

PALAVRAS-CHAVE: Políticas públicas; População indígena; Intercultural; Esporte; Lazer.

Introdução

Numa perspectiva universal, uma política pública de Esporte no Brasil 'deve' atender toda população, o que inclui as comunidades indígenas. Todavia, será que todos os grupos indígenas pensam e vivenciam o esporte da mesma forma? De fato, se fôssemos adotar um ponto de vista nativo, esse perspectivismo ameríndio¹ nos levaria a uma atitude etnográfica, a ponto de considerar primeiro o olhar dos indígenas, com seus mais de 305 grupos étnicos², antes de se estabelecer uma política cuja cosmologia esteja diametralmente em conflito com a corporeidade/espiritualidade nativa.

Partindo desse pressuposto, buscamos as práticas corporais em comunidades indígenas do Paraná, onde vivem as etnias Kaingang; Guarani; e Xetá. Mais especificamente, neste artigo, nosso objetivo é discutir: a) aspectos relevantes da cultura corporal das etnias que vivem no Paraná; b) o processo de parceria entre líderes e pesquisadores no tocante ao campo das práticas corporais; e c) quais elementos da cultura local são

fomentadores de Políticas de Esporte/Lazer para/ com/a partir dessas comunidades.

Consideramos que o estudo das práticas corporais - jogos e brincadeiras - são entendidas como elementos da cultura corporal de cada etnia indígena, no entanto, assumem sentidos e significados de acordo com o contexto social no qual são vivenciadas. Logo, tornam-se elementos fundantes para estabelecimento intercultural das Políticas Públicas relacionadas a Esporte/Lazer nas etnias Kaingang, Guarani e Xetá.

Assim, o planejamento para realizar a pesquisa em Políticas Públicas de Esporte/Lazer em terras indígenas no Paraná, levou em consideração o arranjo teórico-metodológico entre geração de conhecimento e estratégias de ação, alimentando a organicidade entre pressupostos presentes, por exemplo, na Rede CEDES (gerar conhecimento) e dos programas de intervenção do Ministério do Esporte, a exemplo do PELC (Programa Esporte e

Lazer na Cidade, que atualmente possui uma linha destinada às comunidades tradicionais).

Vale ressaltar que ao interrogarmos sobre quais significados as comunidades indígenas do Paraná atribuem às práticas corporais, buscamos pensar sua codificação para uma política esportiva de lazer. Como o pensamento nativo foi nos guiando, nem toda prática corporal se mostrava pertinente, bem como algumas manifestações, como artesanato e língua, foram emergindo como centrais para pensar essa articulação entre cultura e política de lazer.

Frente ao receio de que o engajamento possa prejudicar o rigor científico, haveria base teórica para sustentar o trabalho acadêmico na produção do conhecimento reflexivo e transformador?

O primeiro elemento é o que VIVEIROS DE CASTRO¹ considera como perspectivismo ameríndio. Para este autor, o conhecimento é uma relação social: se já ingressamos em um diálogo intercultural com o pressuposto de que nosso conhecimento é capaz de explicar e subjugar o conhecimento do outro, então não há como aprender o ponto de vista do outro na

construção da realidade. Portanto, se desejamos saber se, ao menos, cada conjunto de sujeitos dentro de uma etnia deseja ou não políticas esporte/lazer, precisamos acessar qual é o esporte possível que o entendimento nativo de política e de esporte permite concretizar-se.

Em acréscimo, a partir de nosso aprendizado intercultural na construção de soluções academicamente engajadas com a transformação da sociedade, dialogamos ainda com a Sociologia Pública. De modo a fundamentar a dimensão do compromisso social, entendemos no manifesto da Sociologia Pública, segundo BURAWOY³, uma orientação às ciências sociais se articularem com públicos, sendo estes entendidos como pessoas que estão envolvidas nesta articulação. Também se pode entendê-la como aquela capaz de participar na disputa política da sociedade e que pode manter o rigor acadêmico na busca da objetividade científico-acadêmico. O autor, ao tratar sobre os públicos, ressalta que “nós não devemos pensar em públicos como fixos, mas em fluxo e que nós podemos participar tanto da sua criação como de sua transformação”³.

Método

Considerando algumas representações equivocadas sobre o indígena na atualidade, como povos que ainda vivem isolados, com ajuda de pesquisadores mais experientes, os pesquisadores foram capacitados sobre a questão indígena. O projeto foi desenvolvido em comunidades indígenas no Estado do Paraná a partir da combinação de diferentes técnicas: observação participante, entrevista, filmagem e análise de documentos. Essa etapa descritiva foi complementada com a pesquisa-ação, uma vez que os sujeitos estudados demandaram respostas concretas no processo do trabalho e, assim, pudemos realizar experiências pilotos de como seriam as políticas desejadas por eles.

Os trabalhos ocorreram em todas as terras indígenas, totalizando 30 comunidades (QUADRO 1), e foram realizadas por pesquisadores da UEM, auxiliados por nove bolsistas do projeto. Os dados coletados foram transcritos no diário de campo e analisados a partir de categorias próprias do estudo, surgidas do contato com os indígenas.

Os procedimentos básicos relativos à Ética em Pesquisa com Seres Humanos foram adotados, cumprindo com os critérios necessários para o desenvolvimento de pesquisas dessa natureza. Assim, a pesquisa foi autorizada pela FUNAI local e pelo

Comitê Intertribal do Paraná, além de ser aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Comitê de Ética Local e, posteriormente, junto ao nacional (necessário no caso de populações indígenas).

Os pesquisadores, antes da viagem, fizeram contato com líderes (caciques) e solicitaram autorização, a qual foi confirmada no ingresso de cada terra, por meio de assinatura do termo de consentimento.

Durante algumas visitas foram observadas mudanças em algumas etnias como, por exemplo, no Morro das Pacas, a qual passou pelo processo de retirada dos indígenas Guarani do local e consequentemente encaminhados para outra terra; houveram ainda visitas a territórios em processo de luta pela demarcação, os quais apresentavam precariedade nas condições de sobrevivência de seus moradores. O tempo de permanência em cada território variou entre três dias a uma semana.

A coleta nas terras indígenas incluiu uma parte específica sobre Esporte/Lazer, com o acréscimo da identificação das carências e potencialidades de cada território. Concomitante a cada etapa descritiva da pesquisa, líderes e pesquisadores dialogavam em torno do que poderia ser feito em termos de retorno do conhecimento gerado. A seguir objetivamos alguns

resultados, começando por aspectos da fase diagnóstica, seguidos de um tópico no qual discutimos os resultados mais relacionados ao objetivo. Vale considerar que a

maior parte dos entrevistados são homens; havendo poucas lideranças políticas, artísticas e esportivas entre as mulheres^a.

QUADRO 1 - Comunidades indígenas no Paraná.

	Terras indígenas	Etnia
01	Tekohá Ocoí	Guarani
02	Tekohá Añetete	Guarani
03	Tekohá Itamarã	Guarani
04	Pinhalzinho	Guarani
05	Laranjinha	Guarani
06	Yviporã Laranjinha	Guarani
07	Apucarana	Kaingang
08	Barão de Antonina	Kaingang
09	São Jerônimo	G K X
10	Mococa	Kaingang
11	Queimadas	Kaingang
12	Faxinal	Kaingang
13	Ívai	Kaingang
14	Marrecas	G K
15	Koho Mu Boa Vista	Kaingang
16	Mangueirinha	G K
17	Rios das Cobras	G K
18	Palmas	Kaingang
19	Rio Areia	Guarani
20	Ka' Aguy Guaxu Palmital	Guarani
21	Kakané Porá	G K X
22	Araçaí	Guarani
23	Ilha da Cotinga	Guarani
24	Guaraguaçu	Guarani
25	Cerco Grande	Guarani
26	Morro das Pacas	Guarani (Desabitada)
Terras não demarcadas		
27	Tekohá Y'hovy	Guarani
28	Tekohá Porá	Guarani
29	Tekohá Marangatu	Guarani
30	Tekohá Araguajú	Guarani

Fonte: Organização das Terras Indígenas e etnias realizadas pelos autores.

Resultados e discussão

Achados básicos

Em termos de prática corporal que permite o diálogo entre os diferentes grupos, o futebol é a

prática mais presente, tanto entre homens como entre mulheres. Desse modo, confirmando estudo de FASSHEBER⁴, os Kaingang valorizam o futebol como expressão de sua força étnica, sendo um esporte

praticado por homens e pelas mulheres. O fenômeno esportivo possui uma importante colaboração para que as práticas corporais sejam ressignificadas. Todavia, trata de processos interétnicos que geraram hibridações. Para esse processo de hibridação cultural, CANCLINI⁵, busca alguns motivos que definam o porquê desse acontecimento, o que, apesar da complexidade do assunto, consegue explicar o processo de hibridação segundo três razões:

- a primeira razão seria a queda dos grandes centros disseminadores de cultura, com essa variedade cultural crescente no mundo, pois não há mais centros que transmitam a cultura e que a emitam de forma homogênea, o que provocaria uma pluralidade de culturas, quebrando o padrão antigo da sociedade;

- a segunda razão é a disseminação de gêneros ím-puros, tomando como exemplo os ritmos musicais, com a qual podemos perceber que diversos ritmos se misturaram com o tempo e se espalharam, dando origem a uma variação de novos ritmos ao redor do globo. O mesmo pode ser visto na cultura, a mistura de costumes causou uma disseminação de gêneros mistos, o que ocasionou uma rica variação cultural;

- a terceira razão trata-se da desterritorialização, a qual segundo o autor, apresentou-se como um processo fundamental para que ocorresse o processo de globalização das culturas, pois a partir daí, elas se misturariam e ganhariam características diferentes umas das outras.

Para CANCLINI⁵ o processo de hibridação é multicultural, logo, possibilita o respeito, valorização e tolerância as diversidades culturais. Porém, ao pensarmos na história dos povos indígenas, o processo colonizador não foi tão tolerante assim, ocorrendo de forma violenta. Neste sentido, ao verificarmos estudos de HALL⁶ e BHABHA⁷ que também tem o mesmo objeto de estudo de CANCLINI, os autores⁶⁻⁷ retratam o hibridismo cultural como um processo que resulta de embates e choques culturais.

Dessa forma, “a hibridação cultural traz ao sujeito novas formas de significação que, muitas vezes, são totalmente opostas às suas matrizes culturais de origem, fato este que ocasiona no sujeito uma crise de identidade. E ainda salientamos que não se deve esquecer que dentro do processo de hibridismo há também relações de controle e poder”⁸ (p. 7). Em síntese e para entendimento do processo de hibridação, nos aproximamos das ideias como os três autores visualizam o modelo de hibridismo cultural^b.

Ao abordamos sobre as etnias indígenas, no Estado do Paraná existem três: os Kaingang, os Guarani e os Xetá. Os Kaingang segundo estudos

de HENNERICH⁹, representa a terceira em população no país. A língua falada é a do tronco linguístico Jê. Encontram-se espalhados em quatro estados brasileiros sendo eles: São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Complementam MOTA¹⁰ e o ISA - Instituto Socioambiental¹¹, que os Kaingang vivem em mais de 30 Terras Indígenas e representam uma pequena parcela de seus territórios tradicionais. Por estarem distribuídos em quatro estados, a situação não é homogênea. Em todos os casos, contudo, sua estrutura social e princípios cosmológicos continuam vigorando, atualizados frente às diferentes conjunturas históricas.

Os Guarani são conhecidos por diferentes nomes como: Chiripá, Kainguá, Montes, Baticola, Apyteré, Tembokuá, entre outros. Desta forma, sua autodenominação é Avá, que em Guarani significa “pessoa”¹². O povo Guarani habita em um território que compreende regiões no Brasil, Bolívia, Paraguai e Argentina e apresentam diferenças internamente em diversos grupos muito semelhantes entre si¹². Nos aspectos fundamentais de sua cultura e organizações sociopolíticas, porém, diferentes no modo de fala a língua Guarani, de praticar sua religião e distintos no que diz respeito às tecnologias que aplicam na relação com o meio ambiente¹².

Tais diferenças, que podem ser consideradas pequenas do ponto de vista do não indígena, cumprem o papel de marcadores étnicos, distinguindo comunidades políticas exclusivas¹¹. Esses grupos reconhecem a origem e proximidade histórica, linguística e cultural e, ao mesmo tempo, diferenciam-se entre si como forma de manter suas organizações sociopolíticas e econômicas¹². Os grupos Guarani que hoje vivem no Brasil são: os Mbya, os Pãi-Tavyterá conhecidos no Brasil como Kaiowá e os Avá Guarani denominados no Brasil Ñandeva¹².

A última etnia do Estado do Paraná a entrar em contato com a sociedade nacional foram os Xetá. Na década de 40, frentes de colonização invadiram seu território, reduzindo-o drasticamente. No final dos anos 50, estavam praticamente exterminados¹³. Em 1999 restavam apenas oito sobreviventes. Hoje, vivem dispersos nos Estados do Paraná, Santa Catarina e São Paulo¹³.

Neste sentido e de acordo com nossas intervenções, foram analisadas as necessidades do povo Xetá. Dentre elas, há uma forte e unânime reivindicação sobre a questão agrária, pois sempre se recordam ser um povo sem terra, que está “perdendo sua identidade”. Relatam que estes fatos são os maiores causadores de dependência em relação ao “branco” e outras etnias.

Outro aspecto notado é a questão da língua, pois atualmente, apenas dois representantes tem fluência na língua. Os representantes da referida etnia ressaltam que a língua é imprescindível para a revitalização cultural e manutenção a cultura frente à atual sociedade. Mostram pertinente preocupação com as gerações Xetá vindouras. Os mais velhos se preocupam com a forte influência da sociedade, que vem se sobrepondo aos costumes antigos.

Claudemir representante da etnia na reserva indígena de São Jerônimo relata:

Não temos mais as brincadeiras bem legal que a gente tinha. Todo mundo se respeitava. Hoje não. A piizada de 10, 8 e 9 anos, em adiante só pensa o que não presta e só vai para o mal caminho. Hoje você não vê um pia pegar e passar um dia na beira do rio pescando. E ele já não quer acompanhar o pai mais numa pescaria, passar um fim de semana junto com o pai. Eles querem mais estar junto da piizada; querem seguir o ritmo da sociedade.

Outro relato que consideramos relevante em nossa análise é do Julio, cacique representante da comunidade de São Jerônimo. Ele descreve a situação de seu povo:

A gente está tentando buscar a cultura dos antepassados nossos, como a luta corporal, a gente ta precisando de um carro para deslocar os jovens para jogar bola (...) e ver o que podemos estar resgatando para as crianças poderem brincar e é isso, fico até emocionado de falar (...) na verdade também queria fazer tiro ao alvo né? Arco e flecha na minha cabeça eu acho que deveria ter, para regatar os antepassados, pois até agora não vi ninguém fazendo isso.

Em relação aos traços culturais, os Xetá consideram a condição de desprovidos da terra como um elemento agravante. Paradoxalmente, quando expulsos nos anos 1950 e 1960, eles caçavam e coletavam seus alimentos. Assim, mesmo a organização de um território não garante a reprodução de sua base original de vida material. A cultura não pode ser vista como algo inerte, sem transformações. Por mais traumática que tenha sido a dissolução de sua coletividade, os Xetá não retornarão às condições iniciais de sua existência. Terão que se reinventar a partir da combinação de novos elementos.

Certamente não cabe nos limites deste artigo uma análise mais aprofundada do discurso desses sujeitos, mas vale apontar certa recorrência de indígenas que idealizam as relações do passado como mais harmônicas. Assim, devem ser diferenciados da luta por um povo que anseia por se auto determinar sócio culturalmente.

Desta forma, a discussão dos limites da cultura local frente à cultura dita universal é um debate corrente na atualidade e possui desdobramentos sérios nas Políticas Públicas. Para tanto, é essencial compreender a lógica interna do grupo Xetá, de forma a situá-lo multiculturalmente frente aos imperativos de um Estado de Direito no contexto brasileiro.

No que se refere aos mais jovens e suas atividades corporais nas diferentes etnias paranaenses, observou-se a presença do futebol, bem como do vídeo game. Os jovens afirmam: “Nosso campo é de chão mesmo, muitos jogam descalços mesmo, até sair sangue do pé (...) Quando não tem bola é vídeo game mesmo”. Quando perguntados sobre que jogos gostam, relataram: “Jogamos Playstation II, a gente curte Dragon Ball e outro jogo de luta. Achamos muito interessante”.

Embora existam algumas demandas específicas, o quadro geral aponta reivindicações comuns, especialmente no tocante a apoio para times de futebol. Interessante notar que elas se diferem entre líderes^c esportivos e líderes políticos. O líder político é responsável por fazer a interlocução com os não indígenas. É escolhido pela comunidade e pode ser trocado a qualquer momento segundo as necessidades da comunidade. O líder esportivo também tem seu trabalho semelhante ao político, porém, sua liderança está empenhada em promover e desenvolver participação e vivências esportivas nos mais diferentes aspectos esportivos: principalmente como citado pelas lideranças, na busca pelo “apoio no deslocamento e aos materiais esportivos”. Outra liderança com papel fundamental na etnia Guarani é o líder espiritual, a qual não é eleito/escolhido pela comunidade, ele já nasceu designado para esse papel, sendo o principal conselheiro na comunidade.

Com o término do projeto espera-se, em sua totalidade, identificar o que tem sido feito em termos de Esporte/Lazer para as comunidades indígenas no Paraná, visando intervenções intersetoriais no sentido de valorização de sua dinâmica cultural. Como resultado mais emblemático será ofertado um modelo experimental de intervenção em Esporte/Lazer para comunidades indígenas, além de treinamento de lideranças esportivas.

Os resultados apontam que há um processo interno, sustentado pelas lideranças, de retomada da língua e das práticas tradicionais das etnias, se valorizam a memória no processo co-educativo. Por outro lado, há absorção de tecnologias e práticas externas, que são apropriadas e ressignificadas ao ethos local. A língua é, de fato, uma forma de

resistência, a partir da qual as demais experiências culturais se reorganizam.

Desta forma, os desdobramentos práticos dessa pesquisa visarão impactar na avaliação das Políticas, em sua integração inter-setorial, no maior e melhor acesso das comunidades indígenas ao lazer e, também, no conhecimento do esporte de criação nacional e sua promoção nas ações dos governos, entidades e setores produtivos.

É importante frisar que todos os grupos realizam como tradição o deslocamento entre territórios, seja em função de casamentos ou mesmo por expulsão de dissidentes, os quais devem ser acolhidos em outra terra, conforme deliberação do Conselho Indígena do Paraná. Em função desses deslocamentos e da presença de indígenas nas cidades, especialmente para venda de seus produtos, um problema recorrente é o atropelamento¹⁰. Por outro lado, os deslocamentos são uma constante antropológica nesses grupos. Assim, os torneios e festivais são atrativos importantes para eles, uma vez que é uma forma lúdica de experimentarem, ainda que em curto tempo, novas vivências.

Quando se pensa na problemática do acesso indígena às políticas existentes, na ampliação das possibilidades de Esporte/Lazer e na necessária fomentação dos esportes de criação nacional oriundos das 305 etnias², de certo não se trata de causalidades simples e unívocas, mas da conjunção de fatores linguísticos, geográficos, históricos, culturais e econômicos. De fato, a barreira da comunicação, o isolamento geográfico, a exploração e o genocídio durante o processo colonial, as diferenças de ethos e o modo de vida material são desafios básicos para se pensar o problema. Por isso, a necessidade desta pesquisa em considerar a Política de Esporte e Lazer na sua interface com as outras Políticas setoriais, postura enfatizada pela 2ª Reunião Nacional dos Gestores e Agentes do Programa Esporte e Lazer da Cidade (Brasília-DF, 7 a 10 de novembro de 2007).

Pensar os esportes como produção cultural é algo essencial, logo, entendemos em conformidade com SANTIN¹⁴, que eles são “portadores de uma polissemia profundamente ambígua, porque o seu sentido depende do campo de práticas que os constituem e onde se inserem” (p. 14). Desta maneira, garantir o desenvolvimento de atividades esportivas que tenham os traços de nossa cultura, a exemplo da indígena, é uma forma de (re) conhecimento e valorização de nossa diversidade, ou seja, nos dizeres de SANTIN¹⁴, é “fazer com que ele seja cultuado e cultivado pelo imaginário lúdico de

cada comunidade”. Implica em deixar que os grupos sociais possam desenvolver sua criatividade em espaços e tempos próprios, seguindo suas inspirações “e não submeter-se aos modelos geometrizados dos treinamentos que obstruem e atrofiam o espírito inventivo”. Isso possibilita a alteridade e, com ela, o (re)conhecimento do “outro” na sua condição de “outro” e, portanto, em sua diferença.

Da barganha à parceria

A partir das investigações realizadas por MELIÀ¹⁵, dentro de suas pesquisas chama atenção para o fato da subsistência de uma variedade de povos indígenas com suas línguas e culturas e, às vezes, “sem suas línguas, mas sim com suas culturas”, que superaram os embates ocasionados no período colonial, bem como aqueles decorrentes da assimilação e integração de tempos mais recentes.

A alteridade do povo indígena teria sido sustentada devido a estratégias próprias, sendo uma delas, no entendimento dos pesquisadores, a ação pedagógica. Aliás, essa é uma das questões centrais defendidas por MELIÀ¹⁵, sobretudo quando adverte que continua havendo, nestes povos, uma educação indígena que potencializa seu modo de ser e sua cultura, com continuidade nas outras gerações. Isso não se deu sem lutas e resistências. Como esclarece o autor, “os ataques à alteridade e à diferença deram-se de forma múltipla, mas talvez possamos resumi-los em: imposição de uma língua geral ou nacional, currículo também nacional e professores para os povos indígenas” (p. 14). Assim, a construção da alteridade tem objetivos específicos em cada comunidade, tem métodos próprios, sendo um deles, na comunidade indígena, ressaltado pela participação da comunidade. A “alteridade é sempre, afinal, uma filosofia de vida, e não pode ser tratada à margem do que chamamos a construção da pessoa” (p. 15).

A Constituição Federal de 1988 garante o Esporte/Lazer como direito de todo cidadão brasileiro. Contudo, adverte PAULA¹⁶, “embora a Constituição Federal de 1988 tenha reconhecido o direito desses povos a uma educação específica e diferenciada (arts. 231, 210 e 215), no dia a dia, os professores e as comunidades indígenas continuam a sofrer pressões inaceitáveis [...]”. Para o pesquisador, ao invés de pensarmos em escola em área indígena, deveríamos pensar em “escola indígena de fato”, inserida na comunidade educativa peculiar a cada povo.

Já o Ministério da Educação, vem otimizando políticas no sentido de fazer com que etnias excluídas

sejam valorizadas no sistema formal de ensino. Isto pode ser comprovado por meio da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que foi modificada pela Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, a qual foi alterada pela Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008, que inclui no currículo oficial da Rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”¹⁷. O texto da lei adverte para um conteúdo programático que inclua diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, ressignificando sua contribuição nas áreas social, econômica e política. Embora tenha caráter legal, porém nem sempre ainda (re) conhecidas e utilizadas, é uma das importantes ações governamentais que pode contribuir com uma mudança de paradigma em relação a essas etnias.

No Brasil, apesar do extermínio de várias populações indígenas, como citado anteriormente, existem 305 etnias². No Paraná, são muitos os aldeamentos, os quais abrigam uma ou mais das três etnias neles residentes. Embora se reconheçam ações estatais dirigidas a esses grupos, o conhecimento do Esporte/Lazer nas comunidades indígenas, por meio de pesquisas, é escasso, impossibilitando a visão dos gestores sobre essa realidade.

Na atualidade, apenas para ilustrar, os Jogos dos Povos Indígenas é o trabalho de maior evidência entre os povos indígenas do país no tocante às Políticas Públicas de Esporte e Lazer. Segundo TERENA¹⁸ um dos idealizadores dos jogos, a relevância do evento esportivo, esta em como este poderá revitalizar as práticas culturais referentes a cada etnia, e entre eles, mesmo em meio a cidade.

Os jogos surgiram em 1996 e refletem a mobilização indígena pela garantia constitucional ao Esporte e Lazer. A participação de indígenas do Sul ocorre com regularidade^d. Não obstante essa representação ocorrer, no entendimento dos líderes indígenas do Paraná é dada prioridade aos povos indígenas amazônicos, uma vez que a participação nos Jogos é tida como uma afirmação política dos grupos que deteriam uma cultura supostamente forte ou verdadeira. Sob o ponto de vista majoritário desses líderes locais, os povos indígenas do Paraná não souberam apresentar uma cultura original, perdendo oportunidade à grande participação em Jogos Indígenas nacionais. Nesse sentido, para os líderes a associação com a universidade é essencial tanto para efetivar a revitalização de suas práticas corporais (que, para eles, geram capital político) como para legitimarem seu saber em um cenário nacional visto pelos líderes como desfavorável na

comparação com os povos amazônicos.

Esse aspecto do não acesso, seja ele real ou imaginado, é importante para observar a perspectiva deles como um elemento que precisa ser considerado. Em caminho diferente, o de nossa perspectiva, o estudo havia identificado outras carências tais como: desigualdades em participação nos eventos esportivos entre homens e mulheres, fragilidades quanto às Políticas de Esporte/Lazer, processos diversos de hibridação cultural em diferentes manifestações, destacando-se o futebol e à dança, projeto que valorize as tradições voltadas à língua, à espiritualidade, à alimentação, à “etno” medicina e as práticas corporais. Assim, após o diagnóstico, na fase participante da pesquisa era necessário fazer uma escolha: acatar as dificuldades apontadas por eles ou aquelas vistas pelos pesquisadores?

Para acrescentar nossa escolha, numa perspectiva Pública, acolhemos uma articulação com os grupos que entendiam a revitalização como um problema comum para o embrião de uma intervenção intercultural, associando líderes indígenas e universidade. Assim, não nos isolamos da realidade à medida que realizávamos o diagnóstico das ações estatais presentes nas terras indígenas e, também, do patrimônio material e imaterial referente à cultura desses povos. Os próprios sujeitos envolvidos não nos apresentavam apenas anseios e potencialidades da comunidade. Traziam também suas necessidades, ocorrendo, portanto, uma grande troca entre pesquisadores e pesquisados.

Logo, quando os resultados apontam que há um processo interno, sustentado pelas lideranças, voltadas à retomada da língua, das práticas tradicionais valorizando a memória no processo co-educativo, devido à falta de Políticas Públicas, tais necessidades não são efetivadas. Por outro lado, também detectamos absorção de tecnologias e práticas externas, que são apropriadas e ressignificadas ao “ethos” local. Frente a essa dinâmica, ora de abertura ora de fechamento, as lideranças foram solicitando “trocas materiais” como condição para permitirem a pesquisa em suas terras. Esse processo, inicialmente nos pareceu uma forma de barganha, mas havia um significado mais estrutural. Era a maneira como os pesquisados marcavam relações com os pesquisadores, para construir alianças. A pesquisa, portanto, não apenas conhecia a realidade, mas oportunizava o pesquisador a transformar aquilo que descobria.

A fim de ilustrar esse processo, pesquisadores e lideranças produziram concomitante à pesquisa e de forma colaborativa, treinamento de lideranças, reuniões políticas com autoridades estaduais, registros fotográficos

e em vídeo, no formato “etno” documentário, dois torneios de futebol, sendo o segundo também para as mulheres competirem, um festival cultural, uma edição de Jogos Estaduais Indígenas, no modelo do nacional, assembleias, além de ações locais nas terras.

Para o limite deste texto, ressaltamos o uso de tecnologias para preservação da memória das práticas corporais indígenas. Durante o tempo de pesquisa foi produzido um DVD sobre dança Kaingang no Ivaí para ilustrar nossa apropriação da Sociologia Pública pelo diálogo intercultural.

A partir dos contatos nas Terras Indígenas Paranaenses pelos membros do projeto de pesquisa, tivemos a possibilidade de conhecer a dança desenvolvida pelos Kaingang pertencentes à terra indígena Ivaí, situada nos municípios de Manoel Ribas e Pitanga. O grupo de dança é chamado de “*Kakrekin*” em Kaingang e em português significa “Tamanduá”. Conhecemos as danças e seu desenvolvimento na comunidade por meio dos líderes os professores Adalton e José Carlos, onde observamos que tal processo permitiu uma resignificação a partir da relação entre elementos e valores tradicionais e modernos. Destarte, compreendemos que elementos da tradição não são totalmente abandonados, mas sim, que a estes são incorporados elementos característicos da modernidade pela hibridação cultural.

No entanto, ao conhecer e vivenciar o processo de resignificação, de suas danças, houve um compromisso, isto é, o de não colocar na internet sem uma fundamentação e saberes sobre este povo, afinal, se nosso interesse era conhecer, registrar e mostrar aquela prática como objeto de Políticas Públicas e revitalização de sua cultura, a primeira coisa a fazer seria evitar que fizéssemos “pirataria” com aquele patrimônio cultural do povo Kaingang, conforme argumento um dos líderes da dança,

[...] vamos supor... um exemplo que nós temos é a internet mesmo... que eles copiam cada foto e montam internet ali... e deixam ali... então o meu maior medo é esse... nas nossas apresentações assim é... eu geralmente eu tenho medo disso de... tais pessoas fotografando nós assim e... pondo na internet sem pedir licença pra mim, ou pro cacique... pro vice-cacique assim... o meu maior medo é isso também (10/05/2010, Adalton, Manoel Ribas e Pitanga).

Além dessa expropriação, o professor Adalton ressalta a necessidade de manter sua cultura oculta aos olhos do mundo, preservando-a, como medida de precaução, para se evitar que a cultura indígena fosse deturpada:

[...] nós o grupo de dança frequentamos durante três anos o projeto FERA com Ciência⁵, e nesses três anos a gente ficou em primeiro lugar entre muitas danças... só que eu fiquei decepcionado com uma professora... adivinhe... de História mesmo... era de Astorga só que o grupo dela ia se apresentar no palco antes de nós... mas, veio as lágrimas de mim sabe... uma professora de História de Astorga falando no palco ali que eles tiveram 20 anos de pesquisa sobre as marcas no rosto, os passos, sobre a dança, sobre o canto e eu falei então... eu fiquei na expectativa de ver aquela dança... mas começou a apresentar toda aquela lambuzada das marcas assim, totalmente fora da cultura indígena... as roupas eram outras coisas... os passos eram totalmente do não indígena... fora da realidade da dança indígena... e eles tiveram 20 anos de pesquisa... mas... sabe isso me tocou... você sendo índio ali, tendo uma coisa que é da realidade da comunidade do seu povo ali... pra mostrar... mas outras pessoas vão e mostram na sua frente uma coisa que foi tirado deles mesmo, que eles acham que foi isso... e isso... que eles fizeram isso... aquilo... e aquilo... sem pesquisar... então isso me tocou... então meu maior medo é isso também (10/05/2010, Adalton, Manoel Ribas e Pitanga).

Diante dos relatos de Adalton, pudemos observar que ele também reconhece a importância da valorização e divulgação de sua cultura no meio social fora da comunidade. No entanto, solicitou junto ao grupo de pesquisa a produção de um DVD que fosse para uso exclusivo deles, ao que argumentou:

porque o meu maior sonho é junto com esse grupo já... que é existente a cinco anos... o meu maior sonho é fazer um DVD pra essas pessoas (10/05/2010, Adalton, Manoel Ribas e Pitanga).

O professor Adalton, em sua fala, elucida sua preocupação em documentar e registrar as práticas corporais por meio da dança, e essa preocupação se assemelha ao que GARAUDY¹⁹, traz ao tratar das danças como meio de afirmar-se como homem membro de seu grupo, que em suas palavras enfatiza, “desde a origem das sociedades, é pelas danças e pelos cantos que o homem se afirma como membro de uma comunidade que o transcende”. Adalton exemplifica, para melhor entendermos o seu “sonho” em registrar as danças:

[...] os participantes do grupo, essas pessoas, foram já um grupo enorme que já aconteceu aqui... mas só falar, acho que não é nada... se... se eu... vamos supor eu falo... os meus filhos foram, dançaram muito no passado, mas não têm como resgatar isso agora... eu falo aqui normal assim,

explico tudo bem... mas amanhã as pessoas que vivem por aí esquecem de tudo... só fica no passado mesmo... na história (10/05/2010, Adalton, Manoel Ribas e Pitanga).

Como professor do grupo de dança, Adalton desejava a produção do DVD registrando as danças de seu grupo para conhecimento dos mais novos, bem como para a comunidade em geral, atendendo seus objetivos. Com recursos da pesquisa, o DVD foi produzido a partir de apresentações com critérios estabelecidos pelos Kaingang relacionados ao conteúdo e local. Além disso, contribuíram para que o grupo de pesquisa colocasse o material midiático na língua deles (Kaingang, macro-tronco linguístico Jê).

Em nossa análise, se as práticas corporais são objeto de proteção por parte dos indígenas pesquisados, por outro lado também, como mais uma resistência à colonização, eles difundem aquilo que selecionam e que consideram ser relevantes sobre si mesmos. Essa ação trata-se, pois de uma segunda dimensão na qual, as práticas corporais marcam positivamente sua identidade cultural frente aos não indígenas e até mesmo como demonstração de superioridade com as outras terras ou etnias. Esse dispositivo relativo às manifestações tradicionais, por sua vez, é complementar ao uso que os Kaingang do Paraná fazem com o futebol⁴, quando vitórias destes sobre outros povos, incluindo não indígenas, serve para situar sua força até mesmo no esporte proveniente da cultura do Outro.

Assim sendo, o Paraná possui, pelo menos, 30 Terras Indígenas, considerando que o processo de luta por novos territórios ainda ocorre. Embora Esporte/Lazer pareça um aspecto toscamente marginal frente às necessidades dos povos Xetá, Kaingang e Guarani, concluímos que tais etnias participantes do estudo destinam ao esporte dois mecanismos importantes: a) proteção (fechamento em si), que é a atualização de suas práticas históricas; b) projeção (abertura para o outro), ou seja, o diálogo intercultural com a sociedade não indígena, na qual essas práticas reforçam sua identidade frente à alteridade.

Nas práticas corporais encontramos uma forma de afirmação cultural dessas etnias e pensamos como poderiam ser desenvolvidas Políticas de Esporte/Lazer,

numa perspectiva intersetorial.

Nesse aspecto, em concordância com o pressuposto de que o conhecimento deve se voltar ao interesse público, sugerimos que as políticas da área se pautem nesse projeto nativo de forma a valorizar o Esporte/Lazer na perspectiva ameríndia. O caminho pelo qual chegamos a essa orientação foi fruto da relação que os líderes construíram com os pesquisadores, no sentido de trazer-lhes retorno imediato a partir dos primeiros passos da pesquisa.

O que, para nós, inicialmente, parecia uma espécie de barganha, foi se transformando em vínculo, em estreitamento de laços, revelando uma relação com aqueles povos por meio da pesquisa. Sua dimensão pública se fazia no próprio ato do conhecimento, o que parece ser uma perspectiva ameríndia a ser considerada.

No desenvolvimento do trabalho, os interesses públicos e de pesquisa foram traduzidos numa perspectiva comum. Da mesma forma, os líderes mediavam com seu grupo a obtenção de dados para o pesquisador e este, se transformava em meio para que as demandas locais fossem atendidas, desde sua resolução pontual até a qualificação dos indígenas para seu projeto de luta.

Ao apresentar o projeto e resultados também nos colocamos, desde o início, comprometidos com o enfrentamento dos desafios daqueles povos. O que mudou foi que, inicialmente, trazíamos leituras ainda generalizadas, percepção do indígena como uma identidade genérica (não existe um indígena universal, pois, na verdade, cada etnia tem suas particularidades), românticas (indígena como bom selvagem preservado da civilização), e hierárquicas (do pesquisador que vai 'resgatar' a cultura indígena).

Nesse sentido, se o pesquisador se despir desses preconceitos, compreendendo as necessidades e relações de poder próprias de cada território e/ou etnia, serão os próprios nativos que, no decorrer do processo, tornar-se-ão partícipes, com papel fundamental e ativo nos desdobramentos e realização da pesquisa. Analogamente, pensamos as Políticas Públicas um investimento para dialogar com o nativo, que se vale dessa mediação para um duplo diálogo: proteger e projetar suas práticas corporais.

Notas

- a. Como observado, as mulheres exercem uma liderança mais familiar do que política, sendo responsáveis pelo cuidado das crianças e preparação dos alimentos.

- b. Para maiores informações ver CANCLINI⁵, HALL⁶ e BHABHA⁷.
- c. Ao tratarmos de liderança a partir das observações, vimos que a liderança está associada ao princípio da senioridade, do respeito, ou seja, os mais velhos são mais experientes, mais sábios, devendo ser os primeiros a ser consultados nos processos coletivos de tomada de decisão. Pessoas a quais trazem muito conhecimento e vivência para ser passada as novas gerações.
- d. Nos dias 8 a 16 de novembro do ano de 2013 na cidade de Cuiabá-MT, ocorreu a XII edição dos Jogos dos Povos Indígenas. Entre as 48 etnias, esteve presente à etnia Kaingang da Terra Indígena Ivaí do Município Manoel Ribas do Paraná-PR.
- e. O projeto Fera com Ciência é um momento de socialização do conhecimento construído durante as atividades curriculares e de complementação curricular das escolas da rede pública de ensino do Paraná.

Agradecimentos

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) - Edital Universal e bolsas PIBIC; Rede CEDES (financiamento associado entre Ministério do Esporte e Ministério da Educação).

Laboratório de História e Etnografia Indígena (TULHA/UEM/CNPq).

Este artigo está baseado no projeto de pesquisa intitulado: “*Políticas públicas de esporte e lazer nas comunidades indígenas do Paraná*”, financiado pelo Edital Universal do CNPq e pelo edital da Rede CEDES do Ministério do Esporte.

Abstract

Sport on indigenous lands in the Paraná State: elements for a public policy

This article answers the following questions: To the indigenous people of Paraná, what means the sports and body practices during leisure? How they interact their local practices with non-indigenous demonstrations? How can we think policies according to social practices and the Amerindian thought? In terms of methodology, we developed an action research within Guarani, Xetá and Kaingang communities. Consulting leaders conducted On-site assessments about needs and sporting potential of each community. We also held in conjunction with this public, training sessions of sports leaders, festival organizations, state games and collaborative actions to revitalize the body culture of these populations. The results show that the practice of cultural hybridization recurs in every population, but with specific uses and resignifications for each indigenous land. Among the physical practices, sport is the recurrent element in multicultural interaction, but choose body paint, fights and the dances, to mark the identity of the ethnic group with the language and craft. We conclude that the study participants see in the sport two mechanisms: a) redefinition of its historical practices; b) Intercultural dialogue with the non-indigenous society. If the knowledge must turn to the public interest, we suggest guiding area policies in this native intentionality.

KEYWORDS: Public policies; Indigenous population; Intercultural; Sport; Leisure.

Referências

1. Viveiros de Castro E. O nativo relativo. *Mana*. 2002;8:113-48.
2. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo demográfico. Brasília: IBGE; 2014.
3. Burawoy M. Por uma sociologia pública. *Rev Ciênc Soc*. 2006;25:9-50.
4. Fassheber JRM. Etno-desporto indígena: contribuições da antropologia social a partir da experiência entre os Kaingang [tese]. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas; 2006.
5. Canclini NG. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EDUSP; 2006.
6. Hall S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG; 2003.
7. Bhabha HK. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG; 2010.

8. Souza LL. O processo de hibridação cultural: prós e contras. *Rev Temát.* 2012;3;1-8.
9. Hennerich JE. Aldeias indígenas do Paraná: olhares de Guarani para Guarani. Guarapuava: Unicentro; 2007.
10. Mota LT. As guerras dos índios Kaingang: a história épica dos índios Kaingang no Paraná (1769-1924). Maringá: Eduem; 2009.
11. Instituto Socioambiental. Kaingang. [citado 4 jan. 2016]. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/kaingang>.
12. Instituto Socioambiental. Guarani. [citado 4 jan. 2016]. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/guarani>.
13. Instituto Socioambiental. Xetá. [citado 4 jan. 2016]. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xeta>.
14. Santin S. Esporte: identidade cultural. In: Silva JEFS, organizador. Esporte com identidade cultural: coletânea. Brasília: Instituto Nacional de Desenvolvimento do Desporto; 1996. (Série Esportes de Criação Nacional; 2).
15. Melià B. Educação indígena na escola. *Cad Cedes.* 1999;49:11-7.
16. Paula I. Dicionário jurídico: legislação referenciada, expressões latinas e estrangeiras. São Paulo: Pilares; 2007.
17. Brasil. Lei n. 11.645 de 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. *Diário Oficial da União, Brasília* (2008 mar. 11); Sec.1:1.
18. Terena M. O esporte como resgate de identidade e cultura. In: cultura corporal indígena. Guarapuava: Unicentro; 2003.
19. Garaudy R. Dançar a vida. Rio de Janeiro: Fronteira; 1980.

ENDEREÇO

Juliana Dias Boaretto
R. Padre Antônio Vieira, 1080
87710-030 - Paranavaí - PR - BRASIL
e-mail: julivictor@yahoo.com.br

Recebido para publicação: 05/10/2014
1ª. Revisão: 11/01/2016
2ª. Revisão: 27/05/2016
Aceito: 13/06/2016